

Liberdade de expressão, programas policialescos e desinformação: um olhar para o desequilíbrio na resolução de conflitos entre direitos¹

Freedom of expression, police programs, and disinformation: a look at the imbalance in the resolution of conflicts between rights

Thayane Guimarães Tavares², Kleber Santos de Mendonça³

-
- 1 Este texto corresponde a uma versão ampliada e revista de trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, no 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), realizado de 4 a 9 de outubro de 2021.
 - 2 Mestranda em Mídia, Cultura e Produção de Sentido pelo PPGCOM/UFF, formada em Jornalismo pela mesma universidade e pesquisadora no Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro. Foi mentora da Pós-Graduação em Direito Digital do ITS Rio, em parceria com a UERJ.
 - 3 Professor associado do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da UFF e Coordenador do Núcleo de Estudos em Violência e Comunicação (NevCom) da UFF. Doutor em Comunicação, é autor dos livros *A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa* (Caravanas, 2018) e *A punição pela Audiência: um estudo do Linha Direta* (Quartet/Faperj, 2002).

Resumo

Este artigo tem como objetivo contribuir para o debate sobre o desequilíbrio na resolução de conflitos que envolvem liberdade de expressão e discursos violadores de direitos no Brasil. Para ilustrar o tema, são apresentados episódios que envolvem veiculações dos chamados programas policiais e também decisões do ministro Alexandre de Moraes no Inquérito das fake news. Como metodologia, fizemos um resgate bibliográfico das diferentes perspectivas para compreender a liberdade de expressão no mundo, as correntes libertária e democrática. Além disso, utilizamos o levantamento da pesquisa *Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento*, realizada pelo Intervezes, para exemplificar os argumentos da análise.

Palavras-chave

Liberdade de expressão, direitos, programas policiais, fake news.

Abstract

This article aims to contribute to the debate on the imbalance in the resolution of conflicts involving freedom of expression and discourses that violate rights in Brazil. To illustrate the theme, episodes are presented that involve broadcasting of the so-called police programs and also the decision of minister Alexandre de Moraes in the context of the fake news inquiry. As a methodology, we carried out a bibliographic review of the different perspectives for understanding freedom of expression in the world, the libertarian and democratic currents. We also used the survey *Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento* (Violations of rights in the Brazilian media: Monitoring guide), conducted by Intervezes, to exemplify the arguments of the analysis.

Keywords

Freedom of expression, rights, police programs, fake news.

O debate sobre os limites da liberdade de expressão quando discursos são utilizados para violar outros direitos sociais e o impacto destes na sociedade não é recente e não faltam casos para ilustrar este dilema das sociedades contemporâneas. Como exemplo, em 2016, o Intervozes, organização que atua pela efetivação do direito humano à comunicação, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, lançou uma plataforma⁴ de denúncias e ranking dos programas policiaiscos que mais violam direitos, junto a um manifesto assinado por diferentes organizações da sociedade civil que insta a instituições públicas e privadas ações de enfrentamento às veiculações policiaiscosas que violam direitos de grupos sociais.

No entanto as profundas transformações no ecossistema informacional ocasionadas pela democratização do acesso à internet, o desenvolvimento das redes sociais e o surgimento de novos atores com capacidade de disseminar informações em larga escala trazem novos dilemas para se pensar liberdade de expressão e democracia. Um exemplo recente e polêmico sobre esse ponto foi a decisão do ministro Alexandre de Moraes, durante o Inquérito das Fake News, de bloquear contas de uma dezena de usuários que veicularam chamamentos a manifestações contra o Supremo Tribunal Federal, além de terem disseminado notícias falsas.

Diante do contexto apresentado, este artigo propõe levantar o debate sobre o possível desequilíbrio existente na resolução de conflitos que envolvem a equalização de direitos, mais especificamente a liberdade de expressão e outros direitos constitucionais no Brasil. A hipótese defendida é a de que existe um desbalanço no julgamento dos casos que envolvem violações de direitos fundamentais perpetradas na imprensa brasileira, em particular nas veiculações dos programas policiaiscos, e julgamentos de casos contendo disseminação de desinformação nas plataformas digitais.

Como metodologia, fizemos um resgate bibliográfico das diferentes perspectivas para compreensão da liberdade de expressão no mundo, as correntes libertária e democrática; além de utilizarmos o levantamento da pesquisa *Violações de direitos*

4 Intervozes, 2021. Plataforma de denúncias e ranking de programas policiaiscos que mais violam direitos são lançados. CNDH aprova relatório sobre o tema. Disponível em: <https://intervozes.org.br/plataforma-de-denuncias-e-ranking-de-programas-policiaiscos-que-mais-violam-direitos-sao-lancados-em-brasilia-dia-1409/>. Acesso em 12 de abr. 2021.

na mídia brasileira – Guia de monitoramento, realizada pelo coletivo Intervozes, para exemplificar as violações perpetradas pelos policiais e quais foram os resultados dos julgamentos desses casos. Utilizamos também as análises de Erick Curvelo (2021) sobre a disseminação de conteúdo desinformativo e ataques aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF) para dar concretude ao argumento central da pesquisa.

É válido ressaltar que esse é um assunto ainda pouco debatido dentro do escopo dos estudos da comunicação e, portanto, este artigo é uma tentativa de aproximar conceitos do campo jurídico e dos estudos midiáticos, visto que todos os objetos de análise aqui apresentados (a liberdade de expressão, o discurso de ódio e a desinformação) compõem estudos e pesquisas de ambas as áreas.

Liberdade de expressão: perspectiva libertária e perspectiva democrática

A liberdade de expressão é compreendida como um dos direitos fundamentais mais caros ao regime democrático, de modo a possuir, no contexto brasileiro, previsão expressa e de destaque no texto da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), por meio, mas não somente, dos seus artigos 5º, inciso IX⁵, e 220⁶. É sabido, ainda, que a posição privilegiada da liberdade de expressão na construção dos princípios democráticos é uma clara reação à ditadura militar e suas práticas persecutórias, bem como à censura prévia vigente durante este regime político, de modo que a livre manifestação de pensamento e fluxo de ideias foram tidos como basilares para a efetivação de outros direitos constitucionais, como o direito à livre associação, liberdade de reunião, liberdade religiosa e, mesmo, o direito de dignidade da pessoa humana, uma vez entendido que o direito de se expressar é pressuposto de uma vida digna.

É importante ressaltar ainda que a liberdade de expressão garante que sejam protegidos não apenas discursos que estejam de acordo com determinadas noções de

5 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

6 Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

ética e moral vigentes nas sociedades em dado tempo histórico, mas também discursos tidos como de mau gosto, desviantes, críticas ao funcionamento de regimes políticos e econômicos e posições minoritárias que possam desagradar parcela da sociedade.

Dessa forma, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes Ferreira, e Paulo Gonet Branco defendem que a liberdade de expressão, conforme expressa na Constituição, resguarda toda opinião, convicção, comentário, avaliação ou julgamento sobre qualquer assunto ou sobre qualquer pessoa, de modo que não deve ser feito juízo de valor quanto à importância do conteúdo, sendo sua abrangência aplicável a qualquer discurso, do mais banal ao mais vital para a sociedade, *in verbis*:

A garantia da liberdade de expressão tutela, ao menos enquanto não houver colisão com outros direitos fundamentais e com outros valores constitucionalmente estabelecidos, toda opinião, convicção, comentário, avaliação ou julgamento sobre qualquer assunto ou sobre qualquer pessoa, envolvendo tema de interesse público, ou não, de importância e de valor, ou não – até porque “diferenciar entre opiniões valiosas ou sem valor é uma contradição num Estado baseado na concepção de uma democracia livre e pluralista. (MENDES; BRANCO, 2014, p. 403)

No entanto, como também é percebido no trecho acima, ainda que caiba à liberdade de expressão posição preferencial dentro do ordenamento jurídico brasileiro, por todas as razões anteriormente apresentadas, esta não é absoluta quando em conflito com outros direitos e princípios constitucionais. Por isso o equilíbrio entre liberdade de expressão e outros direitos, como o direito à honra, à presunção de inocência, à dignidade da pessoa humana, direito à privacidade, entre outros, é palco de intenso debate e disputas nacionais e internacionais; debates estes que se aprofundaram nos últimos anos, dado o aumento do fluxo informacional possibilitado pela democratização do acesso à internet e, também, o surgimento de novos atores sociais com capacidade de produzir e disseminar informações em larga escala via redes sociais. Para compreender o fundamento dessas disputas, é necessário conhecer as principais – e distintas – correntes de compreensão da liberdade de expressão: a corrente libertária e a democrática.

A corrente libertária, desenvolvida e defendida pela doutrina e jurisprudência estadunidenses, entende a liberdade de expressão de forma extensiva, como um

direito de defesa de todo indivíduo contra a intervenção do Estado no discurso a livre circulação de ideias, ou seja, uma defesa primária contra a censura estatal. Essa compreensão tem como base a teoria liberal de que o Estado é um potencial inimigo dos direitos sociais, ao invés de os promover e consolidar (SARMENTO, 2006), enquanto a lógica do mercado, no que tange à livre circulação de ideias, seria a chave para resolução dos conflitos sociais. Dessa forma, impedir a intervenção do Estado na expressão dos indivíduos seria uma forma de blindar a sociedade contra um agente que, em última instância, é uma barreira para o desenvolvimento dos direitos sociais.

Apesar da liberdade de expressão nos Estados Unidos ter começado a ser efetivamente protegida enquanto direito fundamental apenas no século XX, após o fim da Primeira Guerra Mundial, esta já havia sido incorporada à Constituição estadunidense ainda em 1791, com a aprovação da 1ª Emenda, da qual ressaltamos a seguinte redação: "O Congresso não fará nenhuma lei a respeito do estabelecimento de uma religião, ou proibindo seu livre exercício; ou limitando a liberdade de expressão ou de imprensa"⁷. Ainda que a escrita absoluta não tenha dado à liberdade de expressão um caráter irrestrito, Daniel Sarmiento aponta que a progressiva extensão da proteção conferida à liberdade de expressão faz com que hoje, sem dúvida, ela seja o direito fundamental mais valorizado no âmbito da jurisprudência constitucional norte-americana. Sobre as problemáticas decorrentes dessa realidade, o autor comenta:

É certo, contudo, que esta expansão na proteção da liberdade de expressão tem se dado em parte ao custo de um enfraquecimento na garantia de outros direitos contrapostos, como privacidade, honra e também igualdade. Nesta linha, formou-se firme jurisprudência nos Estados Unidos no sentido da proteção constitucional das mais tenebrosas manifestações de intolerância e ódio voltadas contra minorias. (SARMENTO, 2006, p. 5)

Como ilustração, é válido lembrar o caso emblemático em que o Partido Nacional-Socialista da América, alinhado ideologicamente com o nazismo, exigia a realização de uma passeata – com direito a uniformes militares nazistas e bandeiras

7 Tradução livre. Texto original disponível em: <https://bit.ly/3EwMr5H>. Acesso em: 15 out. 2022.

apresentando a suástica – no município de Skokie, um subúrbio de Chicago com 70 mil habitantes, dos quais 40 mil eram judeus e 5 mil sobreviventes do Holocausto. Embora o município tenha tentado de todas as formas impedir a realização da manifestação, tanto a ação judicial aberta foi julgada como improcedente pela Suprema Corte quanto as normas que criavam barreiras para o ato foram consideradas inconstitucionais, por violação à liberdade de expressão, de modo que o grupo neonazista obteve a permissão necessária para dar prosseguimento à manifestação. A ação, por fim, não foi realizada em Skokie, mas na cidade de Chicago, onde os participantes ainda contaram com a proteção policial para impedir que sofressem qualquer tipo de represália do público⁸ (SARMENTO, 2006). Sarmiento explica ainda o entendimento jurídico que levou a dada resolução deste caso e de outros, igualmente emblemáticos, em que discursos de ódio promovidos por grupos racistas e neonazistas não foram condenados pela Suprema Corte norte-americana:

O entendimento jurisprudencial que se firmou ao longo do tempo foi de que, como as restrições ao hate speech envolvem limitações ao discurso político baseadas no ponto de vista do manifestante, elas são, em regra, inconstitucionais. Assim, nem a difusão das posições racistas mais radicais e hediondas pode ser proibida ou penalizada. Isto porque, entende-se que o Estado deve adotar uma postura de absoluta neutralidade em relação às diferentes idéias presentes na sociedade, ainda que considere algumas delas abjetas, desprezíveis ou perigosas. (SARMENTO, 2006, p. 9)

Vale destacar que a teoria liberal, sim, admite possíveis interferências do Estado no discurso. Estas devem, entretanto, ser mínimas e apenas nos chamados casos de dano iminente. De acordo com esta interpretação, se uma informação ou opinião causa danos significativos, esse discurso pode ser regulado pelo Estado, da maneira menos restritiva possível. No entanto, para esta corrente, o discurso de ódio não se enquadra na categoria de restrições legítimas da liberdade de expressão, por entender que ideias – ainda racistas, supremacistas, nazistas etc. – se distinguem da incitação à prática de atos violentos e, portanto, não constituem dano a outrem, devendo ser protegidas pela liberdade de expressão.

8 A história é relatada em Geoffrey Stone et al. *The First Amendment*, op. cit., p. 89-92.

Sarmiento (2006) argumenta que essa posição de defesa quase incondicional do discurso de ódio assumida no Direito estadunidense – que diverge substancialmente daquela prevalente em outras sociedades democráticas, mesmo quando estas também atribuem um papel essencial à liberdade de expressão – tem várias explicações, como, por exemplo, a valorização maior da liberdade em relação à igualdade e mesmo a completa rejeição por lá da ideia de direitos sociais e econômicos. Observamos, ainda, que a ideia de opressão é vista como risco apenas no que se refere à relação entre Estado e indivíduos, de modo que o discurso opressivo que surge a partir da desigualdade presente nas estruturas das sociedades não é levado em conta como um limitador da liberdade de expressão de sujeitos e grupos histórico e socialmente marginalizados.

O pano de fundo destas idéias é uma cultura profundamente individualista, que cultiva o ideal do self-made man, forte, corajoso e independente do Estado, que quer falar e ser ouvido na sociedade, e que deve, em contrapartida, formar uma couraça dura o suficiente para suportar e superar todas as agressões que possa sofrer no “mercado de ideias”, por mais odiosas que elas sejam. (SARMENTO, 2006, p. 13)

Por fim, dado que este artigo se insere no campo de estudos da comunicação, é importante demarcar que, no contexto de regulação dos sistemas de radiodifusão, os Estados Unidos têm políticas, em sua maioria, de caráter econômico, ou seja, mecanismos legais que visam combater a criação de *trustes* e monopólios, como impedir a concentração da propriedade dos meios a partir da limitação da propriedade cruzada (VARJÃO, 2015a, 2015b). O Estado, portanto, não regula diretamente o conteúdo veiculado e não disponibiliza à sociedade um sistema formal para denúncias, de modo que os telespectadores são orientados pela Federal Communication Commission/FCC⁹ (Comissão Federal da Comunicação) a encaminharem suas críticas diretamente às emissoras. Essa compreensão de não intervenção estatal no conteúdo transmitido pelos meios de comunicação está

9 Autarquia independente constituída em 1934, dentro da política do New Deal, pelo Communications Act, reafirmado em 1996. O órgão é responsável pela regulação dos meios de comunicação principalmente no que tange à gestão do espectro, o que inclui a normatização das concessões e autorizações, a avaliação dos processos de renovação das licenças e a definição de padrões técnicos para o sistema de comunicação do país.

alinhada com toda a lógica da corrente libertária de compreensão da liberdade de expressão presente na jurisdição estadunidense, como vimos anteriormente.

A corrente democrática da liberdade de expressão, por outro lado, compreende o Estado não como um inimigo dos direitos sociais, mas como um agente que tem o dever de garantir os direitos e mediar conflitos a fim de assegurar a pluralidade de pensamento e o equilíbrio democrático (SARMENTO, 2006). Nesta visão, de acordo com Erick Curvelo, “mitiga-se a interpretação quase absoluta dada à liberdade de expressão da corrente libertária, e busca-se reafirmar hipóteses mais extensivas de ingerência do Estado, a fim de garantir a harmonização social, coibindo práticas de discurso discriminatórias, violentas e ofensivas” (CURVELO, 2021, p. 101). Essa compreensão é especialmente materializada na doutrina jurídica da Alemanha que, apesar de ter a liberdade de expressão como um dos mais importantes direitos fundamentais, não concede a ela posição de superioridade em relação aos demais direitos, de modo que o princípio da proporcionalidade é constantemente acionado na resolução de conflitos. Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, é da dignidade da pessoa humana o valor máximo na ordem jurídica, e não a liberdade de expressão.

A visão germânica sobre a liberdade de expressão não a concebe como um simples direito negativo em face do Poder Público. Pelo contrário, a jurisprudência constitucional alemã já se manifestou no sentido de que o Estado tem, por exemplo, o dever de agir positivamente, editando a legislação necessária para corrigir o mercado e promover o pluralismo de idéias no âmbito da televisão, a fim de garantir ao público o acesso a uma ampla gama de informações e pontos de vista. (SARMENTO, 2006, p. 20)

A ideia apresentada do dever do Estado de agir positivamente se refere a um dos conceitos atrelados à corrente democrática na Alemanha, o de democracia militante, em que o Estado democrático deve se defender dos seus “inimigos”, ou seja, aqueles que têm como objetivo político subverter as regras do jogo democrático. Não é difícil de compreender que o surgimento desta ideia de democracia militante tem como pano de fundo uma nação altamente traumatizada por ter em seu passado a experiência do Nazismo e as marcas do genocídio do povo judaico, negros, ciganos e demais grupos sociais que sabidamente foram perseguidos em nome da ideologia da superioridade da

raça caucasiana, evidenciado pela proibição via Corte Constitucional Alemã, na década de 1950, da existência do Partido Socialista do Reich, de tendências neonazistas.

No entanto, previsões de ações restritivas por parte do Estado que constam em três artigos da Lei Fundamental Alemã – artigos 9º, 18º e 21º – já foram alvo de polêmicas e debates internacionais, a exemplo da decisão de também tornar inconstitucional o Partido Comunista Alemão, a partir da alegação de que este tinha o propósito fixo de combater a ordem constitucional livre e democrática. Casos como esse de dissolução de partidos não voltaram a se repetir e, em 1978, durante um levante de três partidos de tendência comunista contra emissoras de rádio e TV na Alemanha, que haviam se recusado a transmitir suas propagandas políticas durante o período eleitoral, o Tribunal alemão se posicionou a favor dos partidos, alegando que, com base no princípio de igual oportunidade aos partidos, o fato deles defenderem ideias contra a constituição democrática não conferia às emissoras o direito de restringir a exposição de suas ideias, a menos que estas fossem judicialmente consideradas inconstitucionais (SARMENTO, 2006).

Manteve-se no direito alemão, portanto, a liberdade de expressão como direito fundamental, resguardado pelo Estado, mas, também, uma série de instrumentos para combater o discurso de ódio, como demonstra Sarmiento ao sintetizar análises do autor Winfried Brugger (2002):

A criminalização, pelo Código Penal alemão, da incitação ao ódio, insulto ou ataque à dignidade humana de partes da população ou de grupos identificados pela nacionalidade, raça, etnia ou religião; a penalização, ainda, da participação em organizações neonazistas, e da exibição de símbolos, bandeiras, uniformes e saudações nazistas; a proibição, pela legislação administrativa, de reuniões ou manifestações em que seja praticado o hate speech, com possibilidade de dissolução imediata pelas autoridades públicas; a colocação dos livros e publicações que incitem ao ódio racial em lista própria, que impossibilita a sua propaganda e aquisição por crianças e adolescentes; a vedação de programas de rádio e televisão que promovam a discriminação, incitem ao ódio, difamem ou ridicularizem grupos raciais, religiosos, étnicos ou nacionais; e as ações injuntivas e de reparação de danos morais no Direito Civil. (SARMENTO, 2006, p. 22, grifo nosso)

É importante destacar que, no trecho apresentado, o autor aponta a compreensão do direito alemão de que veículos de imprensa podem, também, ser canais para

disseminação de discurso de ódio, de modo a determinar que este deve ser vedado ainda que não incite violência física direta a grupos sociais – como ocorre na compreensão norte-americana –, como demonstra a vedação de difamação ou ridicularização de grupos raciais. Esse elemento, assim como o privilégio da dignidade humana no ordenamento alemão, será importante para a construção da análise central deste artigo nos próximos tópicos, baseada na hipótese de desequilíbrio entre o julgamento dado às ações movidas pelo Ministério Público contra os chamados programas policiais e os julgamentos recentes que envolvem desinformação e discurso antidemocrático nas mídias digitais.

No que tange ao tratamento do sistema de comunicações do país, a Alemanha concebe a regulação de conteúdo a partir de mecanismos voltados a produtos específicos ou à proteção de públicos que sejam alvos diretos destes produtos. Este é o caso, por exemplo, de conteúdos que impactem crianças e adolescentes, onde existe um sistema de correção entre a autoridade Estatal e a *Fernsehen Selbstkontrolle Freiwillige (FSF)*, organização para a autorregulação da televisão que integra a maioria dos canais de televisão comerciais da Alemanha (VARJÃO, 2015).

Este sistema foi estabelecido em 2003, com a introdução da autorregulação pelo Tratado Interestadual Sobre a Proteção da Dignidade Humana e a Proteção de Menores na Radiodifusão e na Telemídia. Nos casos em que a Comissão de Proteção a Menores de Conteúdo Nocivo de Mídia (KJM) identifica violação aos dispositivos legais de proteção à infância e à juventude, ela decide sobre as medidas a serem tomadas em relação ao prestador do serviço de comunicação. (SILVA; PERON, 2011, p. 13).

A existência desses mecanismos de correção de conteúdo na Alemanha faz sentido dentro da lógica da corrente democrática, na qual a liberdade de expressão ocupa lugar de fundamental importância no ordenamento jurídico, mas não absoluta diante dos demais direitos constitucionais do país, em especial o da dignidade da pessoa humana.

No contexto brasileiro, entende-se que há tempos a corrente democrática é a que vem sendo adotada para a resolução de conflitos que envolvem liberdade de expressão e discurso de ódio, visto que a Constituição garantidora de direitos legítimos o Estado a coibir práticas discriminatórias e o discurso de ódio em si, ainda que não exista, hoje, uma legislação específica que tipifique o discurso de ódio no Brasil.

O precedente que vem sendo reafirmado ao longo dos anos pelo Supremo Tribunal Federal é o emblemático Caso Ellwanger (HC 82.424/RS), de 2003, em que Siegfried Ellwanger foi acusado por crime de discriminação racial por escrever, editar e publicar diversos livros com conteúdo antissemita, que negavam a ocorrência do Holocausto e atribuíam características negativas ao caráter dos judeus. “O tipo penal em questão era o do art. 20 da Lei 7.716/89, com a redação dada pela Lei 8.081/90, segundo o qual é crime sujeito à pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa, ‘praticar, induzir ou incitar, pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional’” (SARMENTO, 2006, p. 49). O Tribunal, por maioria, estabeleceu que o direito à liberdade de expressão não é absoluto, observando que: “o preceito fundamental da liberdade de expressão não consagra o ‘direito à incitação ao racismo’. Neste caso, encontra-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra” (BRASIL, 2003, p. 256).

Conflitos entre liberdade de expressão e outros direitos fundamentais na imprensa tradicional: o caso dos programas policiaiscos

A narrativa midiática que remonta à cobertura de crimes, chamada jornalismo policial ou jornalismo de polícia, não é um fenômeno recente no Brasil. Desde o século XVIII, o gênero policialesco já era presente em textos que mesclavam informação jornalística com literatura e dramaturgia. Mas a construção da narrativa midiática policialesca como conhecemos hoje pode ser datada do final do século XX. O programa *Aqui Agora*, lançado em 1991 pelo SBT, foi o pioneiro do gênero na televisão brasileira e era baseado em um programa homônimo veiculado pela TV Tupi em 1979, um ano antes da emissora sair completamente do ar por falência financeira. Esse tipo de produção buscava se aproximar da tendência estadunidense, ainda em consolidação no Brasil, de delegar à imprensa o papel de “cão de guarda” do poder público, supostamente responsável pelo intermédio entre representantes do Estado e os espectadores/sociedade civil.

O gênero se espalhou pelo país e hoje compõe tanto a grade nacional de emissoras localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo como a de emissoras filiadas com produções locais. Suas características, no entanto, foram levemente

modificadas ao longo dos anos e, atualmente, a narrativa policial é ainda mais centrada na veiculação de acontecimentos que envolvem diretamente a incursão policial. Suzana Varjão, do Núcleo de Qualificação e Monitoramento de Mídia da ANDI – Comunicação e Direitos Humanos, explica:

Por “policialescos” compreendem-se os programas de rádio e TV dedicados a narrar violências e criminalidades, sendo caracterizados pelo forte apelo popular. Diferentemente dos noticiosos em geral, que tratam de variados aspectos da vida social de modo relativamente equitativo, essas produções são focadas majoritariamente em temas vinculados a ocorrências de ordem policial, ainda que, eventualmente, insiram entre as narrativas um ou outro assunto estranho ao rol de fatos violentos, delituosos ou criminosos. (VARJÃO, 2015, p. 12)

Em 2015, a pesquisa *Violações de direitos na mídia brasileira – Guia de monitoramento*, desenvolvido pela ANDI – Comunicação e Direitos¹⁰, em parceria com o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social¹¹ e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão¹², identificou, por meio de um monitoramento de 30 dias, 4.500 violações de direitos constitucionais, 8.232 infrações às leis brasileiras, 7.529 infrações à legislação multilateral e 1.962 desrespeitos à normas autorregulatória, como, por exemplo, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (VARJÃO, 2015, p. 8), cometidas em veiculações dos programas policialescos. As principais violações apresentadas pelo guia são: 1) desrespeito à presunção de inocência; 2) incitação ao crime e à violência; 3) incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais; 4) exposição indevida de pessoa(s); 5) exposição indevida de família(s); 6) discurso de ódio ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, condição socioeconômica, orientação sexual ou procedência

10 A ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que busca, de acordo com o site institucional da organização “contribuir para uma cultura de promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável a partir de ações no âmbito do jornalismo”.

11 Coletivo composto por ativistas e profissionais com formação e atuação nas diferentes áreas da comunicação social, o Intervozes é uma organização que trabalha através de pesquisas, monitoramentos, pressão governamental e ações de mobilização social para a efetivação do direito humano à comunicação no Brasil.

12 A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) tem como função “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

nacional; 7) identificação de adolescentes em conflito com a lei; 8) violação do direito ao silêncio e 9) tortura psicológica ou tratamento desumano ou degradante.

Esse levantamento sistemático teve como objetivo reunir evidências do que já era sabido por movimentos sociais e organizações da sociedade civil ligadas ao campo da comunicação no Brasil, bem como por entidades de monitoramento e fiscalização de violações de direitos como o Ministério Público Federal (MPF). Isso porque, conforme o crescimento das violações em tais programas e diante da ausência – ou ineficiência – de mecanismos de regulação do campo midiático pelo Estado brasileiro, tem sido a sociedade civil, por meio de ações articuladas com o MPF, a principal fonte de denúncia dessas ocorrências nos canais de rádio e TV. Iara Moura (2015) aponta, no entanto, como essas ações não têm necessariamente alcançado resultados positivos, uma vez que justificativas em defesa da liberdade de expressão limitam a responsabilização das emissoras:

Salvaguardadas raras exceções, o Judiciário, quando responde a tais iniciativas, quase nunca atribui sanções às emissoras, restringindo-se a emitir Termos de Ajustamentos de Conduta (TAC) ou a garantir direitos de resposta coletivos. Em geral, as reclamações esbarram em um obstáculo: a defesa do direito à liberdade de expressão como justificativa para a manutenção da exibição desses conteúdos. Assim, a liberdade de expressão tem sido utilizada de forma enviesada por advogados de emissoras concessionárias do serviço público de radiodifusão para impedir que uma mínima responsabilização das emissoras pela exibição de tais violações ocorra. Em síntese, os esforços que a sociedade brasileira tem empreendido para combater as violações de direitos nos programas “policialescos” têm sido esvaziados diante de pretensas ameaças à liberdade de expressão – dilema que, como evidenciado por outros estudiosos da temática, algumas das democracias mais consolidadas do mundo não parecem viver, ao imporem limites a esse tipo de produção. (MOURA, 2015, p. 9. Grifo nosso)

É certo que a Constituição brasileira, a exemplo do que se estabeleceu em outras democracias modernas após experiências de regimes ditatoriais, diferencia o conteúdo jornalístico dos demais, conferindo-lhe um caráter de produto informativo praticamente imune à regulação (VARJÃO, 2015). A exemplo, em seu art. 220, parágrafo 1º, temos: “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação

social". No entanto, Ana Claudia Mielke (2015) aponta que o Brasil tem leis que podem ser usadas para estabelecer a responsabilização daqueles que desrespeitam a dignidade humana nos meios de comunicação de massa, estando boa parte desta normativa prevista na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069, de 1990), os Códigos Civil e Penal (Leis nº 10.406/2002 e 2848/1940), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 2010).

Além disso, a Constituição brasileira, em consonância com o estabelecido por tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, também define, em seu artigo 5º, que:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; [...] X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação [...]. (BRASIL, 1988)

Segundo a Constituição (art. 220, parágrafo 3º, inciso II), compete à lei federal:

estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. (*Idem*)

Ainda, de acordo com a legislação específica do setor midiático, o Código Brasileiro de Telecomunicações/CBT (Decreto-Lei nº 4.117, de 1962) e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto-Lei nº 52.795, de 1963), "os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinados às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País" (art. 38, "d"), além de determinar que "a liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício" (art. 52).

Em seu art. 53, o código explicita que "constitui abuso no exercício de liberdade da radiodifusão o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou

contravenção previstos na legislação em vigor no País”, incluindo a propaganda de guerra; a ofensa à moral familiar, pública ou aos bons costumes; e a promoção de campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião. O direito à renovação da concessão decorre do cumprimento, pela empresa, de exigências legais ou regulamentares como esta (art. 67, parágrafo único).

Já o Decreto presidencial nº 52.795/1963, que regulamenta os serviços de radiodifusão, proíbe as concessionárias de “transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico” (art. 28, item 12).

Além de todos os mecanismos legislativos apresentados, ao partimos do entendimento de que os veículos midiáticos são concessionários de um serviço público federal, entendemos que estes têm responsabilidades constitucionais, como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ademais, o cumprimento das legislações que dizem respeito à prática da comunicação social. No entanto, ainda existem poucas leis direcionadas especificamente ao campo da comunicação de massa, além da falta de regulamentação dos artigos constitucionais apresentados anteriormente, o que acarreta na dificuldade de responsabilização efetiva das empresas nos casos de violações.

Na ausência de regulamentação específica, cabe ao Poder Judiciário interpretar as normativas à luz do debate vigente – o que, nem sempre, favorece a defesa dos direitos humanos no setor. Atualmente, na análise de casos relacionados ao conteúdo veiculado pelas emissoras, há uma tendência da Justiça em priorizar o direito à liberdade de expressão dessas empresas, em detrimento da garantia do respeito à dignidade humana. (MIELKE, 2015, p. 21, grifo nosso)

Percebe-se, portanto, que existe uma desconexão no que se refere às compreensões acerca de liberdade de expressão e demais direitos constitucionais no Brasil: por um lado, o Estado brasileiro prevê, em sua Carta Magna, a valorização do papel do Estado na garantia de direitos sociais – não seguindo, portanto, os padrões ultraliberais estadunidenses – e a corrente democrática é defendida e utilizada para embasar decisões de equilíbrio de direitos, como no emblemático caso Ellwanger. Por outro lado, em decisões relativas

às veiculações da imprensa nacional, em especial no caso dos programas policiais, a liberdade de expressão é priorizada em detrimento de direitos como a presunção de inocência, devido processo penal e o direito à dignidade humana. Ou seja, sob a justificativa de não abrir brechas na jurisprudência que pudessem levar a decisões de censura, a liberdade de expressão assume lugar soberano em decisões que envolvem equilíbrio de direitos mediante as violações dos policiais. A imprensa se consolida, portanto, não apenas como instituição epistêmica detentora da legitimidade na produção e disseminação de informações, mas também como aquela que não pode ser responsabilizada ou ter seu conteúdo regulado sem que isso caracterize um estado ditatorial.

Um dos poucos e emblemáticos casos em que uma ação civil pública foi ajuizada pelo MPF/SP e teve grande repercussão nacional foi o da entrevista ao vivo realizada com as jovens Eloá Pimentel e Nayara Silva enquanto estas estavam sob cárcere privado, veiculada pelo programa *A Tarde é Sua*, da Rede TV! e que impactou no andamento das investigações do sequestro. O MPF, em decorrência desse episódio, instou a emissora a pagar R\$ 1,5 milhão de multa por danos morais coletivos. Nesse caso, Lima (2010) pontua que o texto do MPF lembrou:

A liberdade de comunicação deverá ser protegida sempre que cumprir a sua função social, mas será submetida a controle quando recorrer em abuso. Referida liberdade é uma garantia instituída pela sociedade e para a sociedade, não se podendo admitir, portanto, que seja usada contra esta. (LIMA, 2010, p. 204, grifo nosso)

É importante salientar que, embora tenham sido apresentadas, aqui, ações conduzidas pelo Ministério Público e entidades da sociedade civil contra as violações de direitos humanos na mídia, a ação desse órgão público é limitada, visto que não faz um acompanhamento sistemático do conteúdo veiculado pelo conjunto das emissoras, e sim atua de modo a responder casos que ganham repercussão nacional ou são denunciados pela sociedade civil.

Além disso, as sanções impostas não são cumulativas em casos de reincidência, de modo que, mesmo uma emissora sendo autuada inúmeras vezes pela recorrência de exibição de programas que contenham narrativas violadoras de direitos, ela nunca

chegará ao ponto de perder a licença de veiculação rádio-televisiva. Vemos, portanto, que apesar de ser recorrente na mídia comercial brasileira o uso de concessões públicas para a veiculação de material jornalístico que viola direitos constitucionais e presentes em tratados internacionais, o sistema de fiscalização e responsabilização das emissoras ainda é extremamente frágil. Tendo como um dos principais problemas a ausência de instrumentos normativos bem definidos para a efetiva regulação da comunicação de massa.

Para Bia Barbosa (2015), a aplicação de multas irrisórias e a falta de transparência são outros fatores principais que impedem que as emissoras retirem do ar programas que recorrentemente violam direitos humanos.

Em 2013, as multas aplicadas pelo Ministério das Comunicações tinham como teto o valor de R\$ 76.155,21 (setenta e seis mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos). A quantia, no entanto, está longe de ser dissuasiva da prática das violações de direitos humanos, uma vez que, por apenas 30 segundos de inserção publicitária, as emissoras cobram o valor médio de R\$ 15 mil. (BARBOSA, 2015, p. 2)

Janaine Aires, no artigo *Os limites da ação do sistema judiciário* (2015), retoma:

A defesa da liberdade de expressão – e de imprensa – tem sido o argumento recorrente das empresas de comunicação frente aos programas “policialescos” que violam direitos e suas entidades representativas, influenciando também, Brasil afora, decisões do Poder Judiciário. Nos tribunais, tal liberdade surge como direito absoluto, em nome do qual nenhum tipo de regulação ou sanção aos meios de comunicação de massa é possível. (AIRES, 2015, p. 5)

Venício de Lima (2010), em seu livro *Liberdade de expressão x liberdade da imprensa: direito à comunicação e democracia*, explica, também, como as empresas de comunicação se utilizam do termo *liberdade de expressão* apenas como garantia de manutenção de seus interesses comerciais, ao passo que a coletividade social, os sujeitos efetivos dos direitos humanos e liberdades constitucionais são excluídos da possibilidade de participação efetiva no debate público.

A liberdade de expressão individual tem como fim assegurar um debate público democrático onde todas as vozes sejam ouvidas. Ao usar como estratégia de

oposição política o bordão da ameaça constante de volta à censura e de que a liberdade de expressão corre risco, os grandes grupos de mídia transformam a liberdade de expressão num fim em si mesmo. Ademais, escamoteiam a realidade de que, no Brasil, o debate público não só [ainda] é pautado pela grande mídia como uma imensa maioria da população a ele não tem acesso e é dele historicamente excluída. (LIMA, 2010, p. 129)

Retomando o processo histórico, o autor discorre sobre o desenvolvimento tardio da imprensa brasileira nos marcos do que ele chama de “liberalismo antidemocrático”, no qual as normas e procedimentos relativos às outorgas e renovações das concessões de rádio e TV são responsáveis pela concentração da propriedade dos meios de comunicação nas mãos de tradicionais oligarquias regionais e locais, impedindo, portanto, historicamente, a diversidade e pluralidade de agentes e vozes que podem utilizar a comunicação pública para expressar ideias. Portanto, em nada podemos comparar o direito à liberdade de expressão dos indivíduos com a liberdade de imprensa das empresas e instituições inseridas na lógica de acumulação de capital.

Desde quando a imprensa se transforma em instituição, ou melhor, em empresa capitalista, sua relação direta com a liberdade de expressão individual deixa de existir. Ela não guarda qualquer relação com o que pretende por liberdade de imprensa dos grandes conglomerados globais de comunicação e entretenimento no mundo contemporâneo [...]. Além de se transformar em *empresa* e operar dentro da lógica do capital, a imprensa passou a deter o monopólio virtual da construção, manutenção e reprodução do capital simbólico e, portanto, a funcionar dentro de uma outra lógica, isto é, a lógica do poder. (LIMA, 2010, p. 36)

O problema apresentado é que os conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa foram sendo propositalmente igualados pelas concessionárias de mídia, tendo como consequência o domínio da liberdade de expressão das sociedades pelos meios de comunicação de massa. Logo, é possível demarcar que a defesa da liberdade de expressão tem sido usada de forma estratégica pelas empresas de comunicação quando questionadas sobre o conteúdo que veiculam, de modo que qualquer esforço para estabelecer uma regulação mínima do campo da comunicação de massa ou impor limites ao que pode ser dito sem violar direitos fundamentais é taxado como censura. Iara Moura reforça que, dessa forma, “além da hegemonia

da audiência, garantem a hegemonia do discurso que reproduzem. Segue, portanto, valendo a lei do mais forte, mesmo nos casos em que há sanções previstas em leis infraconstitucionais” (MOURA, 2015, p. 11).

Conflitos entre liberdade de expressão e outros direitos fundamentais: o fenômeno da desinformação nas mídias sociais e a agenda de Guerra Híbrida

A crescente democratização do acesso à internet via tecnologias móveis e o surgimento das redes sociais modificaram substancialmente a lógica de produção, disseminação e consumo de informações nas sociedades. A imprensa tradicional e veículos de massa deixam de deter o monopólio da produção de informações em larga escala na medida em que novos atores passam a alcançar grandes audiências via plataformas digitais, como Facebook, YouTube e Twitter. Sobre o crescimento exponencial do fluxo de informações em circulação, o relatório *What happens in a internet minute in 2021* (ALI, 2021) apresenta dados como: 44 milhões de visualizações em *lives* no Facebook; 5,7 milhões de pesquisas feitas no Google; 575 mil *tweets* e 167 milhões de vídeos assistidos no TikTok. Com multiplicação de narrativas produzidas e disseminadas via redes sociais e o aprofundamento do debate sobre os riscos da desinformação na esfera pública, o dilema sobre os limites da liberdade de expressão, tema central deste artigo, ganha novos contornos.

Neste mesmo contexto, surgem noções como as de guerra da informação e Guerra Híbrida – muito disseminadas no Brasil, vale ressaltar, em revistas militares e pelo próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, ao falar sobre os inimigos das políticas de Estado defendidas por ele – mas também por outros atores dentro do âmbito acadêmico. Ainda que não seja foco deste artigo definir essas noções, deve-se destacar o trecho a seguir, que demonstra como a ideia de Guerra Híbrida aponta a existência de embates entre forças que têm a esfera midiática como elemento central:

Ao invés de enfrentamentos entre Estados por espaço territorial, advêm sobretudo embates dentro de um país por espaço político, frequentemente com pretextos identitários – étnicos, religiosos etc. Nessas guerras disputadas no meio do povo, “a competição é por legitimidade, não por letalidade” (RID; HECKER, 2009, p. 207). Com isso,

observamos a ascensão de uma variedade de guerra não-convencional, irregular, de insurgência, na qual o coeficiente midiático é primordial. (CASTRO, 2019, p. 2)

No que tange a como essa noção de guerra informacional vem repercutindo nas esferas legislativa e jurídica, e no debate sobre liberdade de expressão, podemos citar uma variedade de exemplos. Desde os esforços atravessados por um caráter de urgência para estabelecer uma legislação nacional que responsabilize criminalmente sujeitos envolvidos na produção e disseminação de notícias falsas e plataformas que não mobilizem esforços tecnológicos e legais para impedir a circulação destas, como é o caso do chamado PL das Fake News, até casos de suspensões e bloqueios de contas de usuários que utilizaram as plataformas digitais para disseminar notícias falsas contra instituições do Estado, como foi o episódio ocorrido no Inquérito 4.781, conhecido como Inquérito das Fake News, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em maio de 2020, o ministro Alexandre de Moraes, relator do Inquérito das Fake News, em decisão monocrática (STF, 2020), determinou o bloqueio de dezesseis contas do Twitter e doze do Facebook de usuários suspeitos de ataques contra o STF e seus ministros, além da disseminação de informações falsas¹³. No início de julho daquele ano, sem que ainda houvesse sido cumprida, o Ministro reiterou a decisão, determinando às plataformas o imediato bloqueio das contas, sob pena de multa de R\$ 20 mil ao dia para as empresas que descumprissem a ordem (BRASIL, 2020). Em 24 de julho, acatando a decisão, as plataformas Facebook, Twitter e Instagram bloquearam o acesso no Brasil das contas indicadas no inquérito. A partir do bloqueio, as contas apareceram com a seguinte mensagem: "suspensa no Brasil devido a uma ordem judicial" (RIBEIRO, 2020).

Diante da possibilidade de acesso à conta por meio de mudanças nas configurações de localização para outros países, Alexandre de Moraes determinou, ainda, o bloqueio global das contas, decisão que foi acatada pelas plataformas, ainda que contrariadas. Em nota, o Facebook declarou que: "a mais recente ordem

13 Entre os dezesseis usuários, estavam figuras conhecidas como o ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB), os empresários Luciano Hang (Havan) e Otávio Fakhoury, a ativista Sara Giromini (conhecida como Sara Winter) e os blogueiros Allan dos Santos e Bernardo Kuster, entre outros.

judicial é extrema, representando riscos à liberdade de expressão fora da jurisdição brasileira e em conflito com leis e jurisdições ao redor do mundo” (MERCIER, 2020).

O ministro, no entanto, pondera, como base para a sua decisão, normas constitucionais ao reforçar que a liberdade de expressão não é um direito absoluto, reafirmando, ainda, o princípio da corrente democrática para o entendimento deste direito de que ele, enquanto pilar democrático, não pode ser instrumento para atentar contra a própria democracia.

A liberdade de expressão é consagrada constitucionalmente e balizada pelo binômio “LIBERDADE E RESPONSABILIDADE”, ou seja, o exercício desse direito não pode ser utilizado como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas. *Não se confunde LIBERDADE DE EXPRESSÃO com IMPUNIDADE PARA AGRESSÃO*. Dessa maneira, uma vez desvirtuado criminosamente o exercício da liberdade de expressão, a Constituição Federal e a legislação autorizam medidas repressivas civis e penais, tanto de natureza cautelar quanto definitivas. (BRASIL, 2020, grifo nosso)

O pesquisador Erick Curvelo (2021) aponta, entretanto, pontos controvertidos relacionados tanto ao meio quanto ao conteúdo na decisão. Quanto ao meio, o principal argumento do autor é que, embora a Lei do Marco Civil da Internet seja clara ao determinar que “a ordem judicial [para remoção de conteúdo] deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material”¹⁴, Alexandre de Moraes decidiu não remover os conteúdos que considerou ofensivos da internet, mas bloquear as contas dos usuários como um todo – não apenas os responsáveis diretamente pelas postagens, mas também dos usuários potencialmente envolvidos no financiamento das atividades consideradas criminosas. Essa ação apresentaria, portanto, problemas quanto à proporcionalidade e desrespeito à presunção de inocência.

Quanto ao conteúdo, o autor questiona se o caso pode ser enquadrado em discurso de ódio ou não, uma vez que a literatura jurídica clássica define o crime como palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade,

14 Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014. Artigo 19, par. 1.

nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas (ZIMMER, 2007). Dessa forma, não existiriam:

elementos que permitissem classificar pessoas públicas, tais como ministros de Estado, políticos ou demais personalidades do alto escalão do governo como um grupo socialmente identificado por questões iminentes, unido por características pessoais compartilháveis para além de seus cargos ou funções públicas, que possam classificá-los como sujeitos passíveis de discurso de ódio enquanto grupo social. (CURVELO, 2021, p. 109-110)

Por último, a professora Clarissa Gross, coordenadora da Plataforma de Liberdade de Expressão e Democracia da FGV Direito SP, vai além ao pontuar que a defesa de teses contrárias ao sistema político e institucional vigente (neste caso, a democracia representativa ou mesmo o Estado democrático de direito) está amparada pela liberdade de expressão. Esse é o caso, por exemplo, dos discursos alinhados ideologicamente com o Comunismo ou o Anarquismo, que defendem movimentos revolucionários quanto ao sistema econômico e o papel do Estado para a construção de outros modelos de sociedade.

[...] a defesa de convicções que contrariam a tese de base do Estado Democrático de Direito não viola por si só esse Estado Democrático de Direito e o seu funcionamento. A proteção da liberdade de advogar por essas ideias faz parte da liberdade de expressão em um Estado Democrático de Direito. (GALF, 2020.)

Portanto, sem entrar no mérito de se a decisão do ministro Alexandre de Moraes é ou não constitucional ou se viola ou não a liberdade de expressão, esse caso serve como ilustração para demonstrar como vem sendo construído um movimento intenso no âmbito do legislativo e do judiciário brasileiros de retomada dos pressupostos da corrente democrática para combater discursos considerados danosos à democracia e responsabilizar os atores envolvidos, seja no que se refere à produção e espalhamento de conteúdo desinformativo, sejam discursos de ataque às instituições democráticas.

Além disso, como foi demonstrado anteriormente, esse movimento ganha contornos controversos na medida em que desrespeita princípios da mais importante legislação existente sobre a internet no Brasil e mobiliza definições que não se aplicam aos casos concretos, a exemplo do discurso de ódio.

Conclusão

O equilíbrio entre liberdade de expressão e outros direitos constitucionais é tema de intensos debates, formulações acadêmicas e normativas legais no Brasil e no mundo, originando inclusive diferentes correntes teóricas sobre o tema. Pesquisadores entendem que o Brasil, neste contexto, vem adotando há bastante tempo as bases da corrente democrática para resolução de conflitos sobre o tema, em oposição aos Estados Unidos que, como principal formulador dos princípios da corrente libertária, estabelecem a liberdade de expressão como o direito fundamental mais valorizado. O Brasil, portanto, no processo de redemocratização e construção da Carta Magna, apesar de conferir lugar de destaque para a liberdade de expressão como direito constitucional fundamental para a efetivação de outros direitos sociais, não a entende como direito absoluto. Como ilustração dessa compreensão, juristas e acadêmicos reforçam o precedente do caso *Ellwanger*, no qual foi concluído que discursos racistas (antisemitas, neste episódio) não estão protegidos pela liberdade de expressão.

Na contramão desse consenso estão os conflitos que envolvem violações de direitos constitucionais, tratados internacionais e legislações infraconstitucionais pelos programas policiaiscos. Como mostrado no segundo tópico deste artigo, as veiculações dos policiaiscos violam, diariamente, o direito à presunção de inocência, incitam ao crime, à violência, à desobediência às leis ou às decisões judiciárias, identificam adolescentes em conflito com a lei, violam o direito ao silêncio, promovem tratamento desumano e degradante e disseminam discurso de ódio e preconceito contra grupos sociais, entre outras violações.

No entanto, as poucas ações de denúncia que são movidas – em comparação à quantidade de episódios violadores – esbarram no uso estratégico da liberdade de expressão como justificativa para a não responsabilização dos atores envolvidos nos acontecimentos, sejam os jornalistas em si ou as emissoras/empresas. É válido ressaltar, ainda, que não só os advogados de defesa das corporações midiáticas constroem suas argumentações com base na liberdade de expressão e de imprensa, mas também os próprios órgãos do Poder Judiciário responsáveis pelo julgamento das ações, e até mesmo o Ministério Público Federal.

O encaminhamento dado às claras violações de direitos humanos que compõem a grade televisiva nacional diariamente e à falta de esforços das autoridades públicas para redução do impacto dessas veiculações midiáticas na sociedade brasileira é, também, em tudo contrastante com a mobilização que vem sendo construída para “combater os efeitos negativos da desinformação” na sociedade. Isso porque, enquanto, no primeiro caso, a liberdade de expressão dos jornalistas, como representantes da imprensa brasileira, parece ser tida como direito absoluto que se sobrepõe aos demais direitos de grupos sociais, no segundo, o judiciário defende que a liberdade de expressão não abarca a prática de atividades ilícitas, considerando determinados discursos puníveis quando violarem as bases do Estado democrático de direito.

Este trabalho, portanto, não se propõe a abarcar todos os elementos envolvidos no complexo debate sobre a ponderação de direitos no Brasil ou sobre os limites da liberdade de expressão, como também não busca apontar quais são os caminhos certos e errados quando se trata da equalização entre liberdade de expressão e outros direitos fundamentais, mas, sim, demonstrar como medidas aplicadas para combater a chamada guerra informacional na era digital são em todo contrastantes com aquelas aplicadas à imprensa brasileira, em especial na sua expressão de programas rádio-televisivos que cobrem crimes e violência.

Por fim, espera-se que este artigo contribua com as aproximações entre os estudos de mídia e o campo do direito, uma vez que temas como liberdade de expressão, discurso de ódio, desinformação e direito à informação são apenas alguns exemplos de objetos de pesquisa comuns a essas áreas.

Referências

ALI, A. From Amazon to Zoom: what happens in an internet minute in 2021? *Visual Capitalist*, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UP2Yra>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus 82.424 Rio Grande do Sul*. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrantes: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Moreira Alves. Julgamento: 17 de setembro de 2003, p. 526. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Inquérito 4.781 Distrito Federal*. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, DF, Decisão de 26 de maio de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Inquérito 4.781 Distrito Federal*. Rel. Min. Alexandre de Moraes. Brasília, DF, Decisão de 28 de julho de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Inquérito 4.781 Distrito Federal*. Rel. Min. Alexandre de Moraes. Brasília, DF, Decisão de 31 de julho de 2020.

CASTRO, J. C. L. Máquinas de guerra híbrida em plataformas algorítmicas. *E-Compós*, [s. l.], v. 23, p. 1-29, 2020.

CURVELO, E. V. *Ódio, liberdade e censura: quando o Supremo entra na sala*. Rio de Janeiro: ITS Rio, 2021.

GALF, R. Inquérito das fake news no STF abre precedente perigoso para liberdade de expressão, diz pesquisadora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2020.

INTERVOZES. *Plataforma de denúncias e ranking de programas policiais que mais violam direitos são lançados: CNDH aprova relatório sobre o tema*. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UDYGTx>. Acesso em 12 abr. 2021.

LIMA, V. A. *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia*. 2. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2012. 248p.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. *Curso de direito constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MERCIER, D. Pressionado por STF, Facebook bloqueia globalmente contas de apoiadores de Bolsonaro. *El País Brasil*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Tvp1lu>. Acesso em: 23 set. 2021.

RIBEIRO, G. S. Conta bolsonarista bloqueada acusa STF de golpe; entenda como a Corte agiu. *Tilt UOL*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3O5itsy>. Acesso em: 23 set. 2021.

SARMENTO, D. *Livres e iguais: estudos de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006b.

SILVA, S. P.; PERON, V. Regulação da radiodifusão na América e Europa: competências e poderes de órgãos e agências reguladoras em dez países. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA – COMPOLÍTICA*, 4., 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

VARJÃO, S. *Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*. Brasília, DF: ANDI; Intervezes, 2015a. 80 p. (Guia de monitoramento de violações de direitos, v. 1).

VARJÃO, S. *Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*. Brasília, DF: ANDI; Intervezes, 2015b. 84 p. (Guia de monitoramento de violações de direitos, v. 2)

WEDY, M.; HORBACH, L. Uma abordagem comparada acerca do discurso de ódio entre Brasil e Estados Unidos. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina*, v. 14, n. 2, 2019.

submetido em: 09 set. 2022 | aprovado em: 28 out. 2022